

Plenário inicia discussão em segundo turno sobre reeleição

Período de debate estende-se até quarta-feira, quando a proposta poderá ser votada. Hoje, Senado examina empréstimo para Ceará e alteração na norma relativa a operações de crédito



O senador Carlos Patrocínio (C) preside reunião em que foram ouvidos representantes estaduais

O plenário do Senado inicia hoje, a partir das 14h30, a discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. A matéria, já aprovada em primeiro turno, foi relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta, o presidente da República, os governadores e os prefeitos, e quem os houver sucedido, podem concorrer à reeleição para um único período subsequente. A medida altera, também, a data das eleições. O primeiro turno será realizado no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato e, se houver segundo turno, no último domingo do mesmo mês. A discussão se estenderá até quarta-feira, quando a matéria poderá ser votada.

Será discutido ainda, pelo plenário, projeto de resolução que autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund, no valor equivalente a 7,02 bilhões de dólares, destinados ao financiamento parcial do Projeto de Energia Eólica.

Será também apreciado o projeto que acrescenta dispositivo à resolução do Senado Federal que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

NESTA EDIÇÃO

1 Reforma agrária municipalizada

Na opinião do senador Coutinho Jorge, governo federal pode definir as políticas e os recursos para a reforma agrária, mas a execução deve ficar a cargo dos municípios. **Página 7**

2 Posição sobre o meio ambiente

O senador Edison Lobão quer conhecer a posição que o Brasil vai levar à assembléia da ONU destinada a avaliar acordos aprovados na Eco-92. **Página 6**

Senado ouve sugestões de representantes dos estados

Representantes dos estados de Goiás, Paraná, Paraíba, Tocantins e Maranhão apresentaram, durante seminário promovido pelo Senado, suas sugestões sobre a forma como deve ser tratado o endividamento dos estados e municípios. O senador Carlos Patrocínio, que presidiu o evento, informou que vai apresentar proposta sobre a matéria. **Páginas 4 e 5**

Benedita defende a mulher em dia de duas homenagens

Dupla homenagem à mulher leva a senadora Benedita da Silva a reclamar do governo ação mais enérgica para fazer valer o texto da Constituição, no qual as mulheres conseguiram "conquistas inovadoras". **Página 8**

Simon e Melo divergem quanto ao referendo

O presidente da República deve propor um referendo popular sobre a reeleição? Os senadores Pedro Simon e Geraldo Melo têm opiniões diferentes sobre a idéia. **Página 3**



Júlio Campos

CCJ aprova proposta de Júlio Campos

Foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e será apreciado agora pela Câmara, projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que prevê a exclusão da necessidade de identificação criminal para o cidadão civilmente identificado.

Pela proposição, aprovada nos termos do substitutivo de Roberto Freire (PPS-PE), o fichamento criminal, conhecido por "tocar piano", somente será praticado contra pessoas que não possuem documentos de identidade original, civil ou profissional.

Lauro diz que governo deixa social de lado para apoiar os banqueiros

"Em relação aos pobres, que estão no corredor da morte do SUS, não há medida alguma ou qualquer iniciativa", lamenta senador

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse que a preservação da vida humana deveria ser a "prioridade das prioridades" do governo, que, a seu ver, "prefere investir em bancos e banqueiros falidos". Após questionar a superlotação das penitenciárias e os recursos do Orçamento da União, que não estariam sendo aplicados no setor, ele afirmou que "o presidente da República deixa também de investir na saúde, porque não dá lucro".

Lauro Campos considerou "magnífico" o artigo de Élio Gaspari, publicado quarta-feira na *Folha de S. Paulo*, sobre o projeto de privatização que o ministro da Saúde



Lauro Campos

enviou à Câmara dos Deputados. Esse projeto, segundo o senador, cria um fundo da ordem de R\$ 3 bilhões, destinados à iniciativa privada para bancar os tratamentos de custos elevados.

- Em relação aos pobres, que estão no corredor da morte do SUS (Sistema Único de Saúde), não há medida alguma ou qualquer iniciativa, mas o governo, a exemplo do que já fez para

os banqueiros com os recursos do Proer, estuda meios para enriquecer ainda mais os ricos empresários da saúde - friso.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que o problema da violência esteja ocorrendo nas prisões do país e, particularmente, nas de São Paulo, "enquanto o governo está preocupado apenas com o sistema financeiro". Suplicy disse esperar que o ministro Pedro Malan "explique tudo sobre a questão do Proer e em que medida esse programa está influenciando a economia do país", no próximo dia 11, quando deverá comparecer ao Senado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos; *Projeto de Resolução nº 72/97, que autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund - OECF, no valor equivalente a seis bilhões e vinte milhões de ienes japoneses, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Energia Eólica do Estado do Ceará; e *Projeto de Resolução nº 41/97, que acrescenta dispositivo à Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do DF e dos municípios.

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (03.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos; *Mensagens nºs 68 e 99/97, submetendo à apreciação do Senado os nomes de Ricardo Luiz Viana de Carvalho e Marcos Castrioto de Azambuja para exercerem a função de embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue e à França, respectivamente.

Quarta-feira (04.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Quinta-feira (05.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

Sexta-feira (06.06.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (04.06.97)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 89/96 (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; *PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação; e *PLS nº 84/96, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (05.06.97)

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Reunião extraordinária)

Pauta: Exposição do presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - Anfp, Álvaro Solon de França; do presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp, Nelson Pedro Rogieri; e do diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap, Rui Brito de Oliveira Pedrosa sobre a *PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; *PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e *PLS nº 139/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Para Simon, aceitação de referendo dará posição de estadista a FHC

Senador acredita ser esta uma condição para que o presidente não fique devendo "a meia dúzia de políticos" a aprovação da reeleição

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao senador Geraldo Melo (PSDB-RN) - no exercício da presidência do Senado - que faça chegar às mãos do presidente da República carta em que sugere a Fernando Henrique



Pedro Simon

Cardoso encaminhar ao Legislativo proposta para a realização de um referendo popular sobre a reeleição, tão logo seja aprovada a matéria pelo Senado.

- Essa é uma proposta de quem tem carinho e respeito pela figura do presidente da República, de quem não quer que, no futuro, seu nome apareça maculado. E aceitando essa proposta, o presidente estará numa posição de estadista. É um ato de magistrado apresentar essa proposta de re-

ferendo popular para a reeleição - argumentou o senador.

No entender de Simon, sem nenhuma dúvida, o Senado aprovará na quarta-feira a emenda que permite a reeleição do presidente, governadores e prefeitos. Por isso, ele considera plausível que, no dia seguinte (quinta-feira), Fernando Henrique Cardoso envie ao Legislativo a proposta de realização do referendo. Conforme o senador, o eleitorado vai confirmar a decisão do Legislativo e isso significará "meio caminho andado para a eleição dele".

Pedro Simon criticou a forma como o Legislativo está votando a emenda da reeleição, que, a seu ver, rompe a tradição histórica do Brasil. Quan-

to ao fato de a emenda fazer retroagir o direito à reeleição em favor do presidente em exercício, Simon classificou isso como "um ato de violência contra o Congresso Nacional".

Com sua idéia do referendo popular, o senador acha que o governo resolve sabiamente esse problema. "Se aceitar a minha proposta, o presidente Fernando Henrique Cardoso não vai dever essa reeleição a ninguém. Vai poder disputar a reeleição porque o povo quis", disse o parlamentar.

Na opinião de Simon, se o presidente não realizar o referendo, "ficará devendo a meia dúzia de políticos a aprovação da emenda que será votada quarta-feira". Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, ao enviar essa carta, Simon agia como um amigo do presidente e no interesse da nação brasileira.



Ernandes Amorim

Amorim aponta corrupção no governo de RO

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) informou que o Poder Judiciário do estado de Rondônia está "fechando o cerco em torno dos responsáveis pelos atos de corrupção no governo Valdir Raupp e determinando a prisão de todos os envolvidos nos fatos criminosos apurados e comprovados".

Segundo Ernandes Amorim, "não há como não responsabilizar o governador Valdir Raupp pelos atos de corrupção ocorridos em seu governo", pois, conforme afirmou o senador, ele não determinou a abertura de nenhum inquérito administrativo para apurar os desvios de finalidade e a malversação de recursos públicos "que, com frequência, contaminam a sua administração".

Ao afirmar que a população do estado está sendo prejudicada por "uma quantidade significativa de dinheiro público ilícitamente desviado", Ernandes Amorim lembrou que "dois casos comprovados de corrupção, o escândalo da Ceron e o da Campanha Preventiva contra a Aids, totalizaram um desvio de R\$ 2,5 milhões", que poderiam, conforme acentuou, viabilizar serviços públicos em favor da população.

A seu ver, as denúncias fizeram com que Rondônia perdesse confiança e credibilidade, o que cria dificuldades para um maior apoio do governo federal ao estado.

Melo discorda, mas leva proposta ao Planalto

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse quarta-feira que aceita a missão de levar ao presidente da República a carta em que Pedro Simon (PMDB-RS) sugere a realização de referendo popular sobre a reeleição, mas ressaltou discordar da pretensão. "Peço a Deus que o presidente não esteja de acordo com essa idéia do referendo", disse Geraldo Melo, pouco depois de receber a carta.

Na opinião do senador, transferir do Legislativo para o eleitorado a decisão final sobre a reeleição significa retirar poderes do Parlamento e diminuir sua importância, num momento delicado da vida nacional. "O Brasil está

vivendo uma quadra histórica que torna o referendo um instrumento fascistoide. Imagine-se, a cada vez que o Congresso tiver uma decisão a tomar, fizermos um plebiscito antes e um referendo depois", argumentou o parlamentar.

No entender de Geraldo Melo, caso o Legislativo abra mão desses poderes, "não tardaria a surgir a idéia de que o Congresso Nacional se limitasse a votar, daqui pra frente, só bobagens". Ele explicou que essa opinião não se restringe à questão exclusiva da reeleição, mas abrange o conceito de que



Geraldo Melo

o Legislativo é legalmente eleito para representar a vontade do povo brasileiro.

Conforme o senador, há indícios frequentes na imprensa de que o povo brasileiro "parece não confiar no Congresso que tem". E questionou: "Se o Legislativo perder a autoridade para decidir certas questões, se o desautorizarmos, para onde vamos?"

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que o plebiscito e o referendo estão previstos na Constituição brasileira, "a qual não é fascista".

DÍVIDA PÚBLICA

Emília: governo deve priorizar as reformas tributária e fiscal

E Carlos Patrocínio propõe que os débitos das unidades federativas junto ao INSS sejam revertidos em obras sociais

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou quarta-feira, no "Seminário sobre Endividamento de Estados e Municípios", promovido por comissão temporária do Senado que examina o problema, que o governo está incorrendo em grave erro ao dar precedência à aprovação das reformas administrativa e da previdência antes de cuidar das reformas tributária e fiscal, que seriam, a seu ver, soluções mais adequadas para o endividamento, uma vez que melhorariam a arrecadação.

Emília entende que essa opção oficial significa que o governo está cuidando dos efeitos da crise de endividamento e negligenciando as causas. De acordo com a senadora, reformar a previdência e a administração pública significa mexer intensamente na vida dos brasileiros. Por essa razão, Emília Fernandes considera que tanto o público quando a própria base parlamentar do governo têm dificuldade para assimilar mudanças nessas áreas.

A globalização da economia

foi outro ponto criticado pela senadora. A seu ver, a maneira como o governo abriu a economia brasileira para as importações leva ao risco de o Brasil assistir, em breve, ao sucateamento de importantes setores da economia, como os têxteis e calçados.

Neste sentido, Emília Fernandes recebeu o apoio dos secretários da Fazenda da Paraíba, Emília Fernandes José Soares Nuto, e do representante do governo do Maranhão, Oswaldo Jacintho. Segundo eles, a economia nordestina está vivendo momentos dramáticos, inclusive pela manutenção das altas taxas de juros e do Fundo de Estabilização Fiscal, "que estão destruindo a indústria e a pecuária daquela região".

REVERSÃO

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), presidente da comissão temporária que analisa o endividamento dos esta-

dos e municípios, anunciou que apresentará emenda ao projeto de reforma da previdência, para que os débitos das unidades federativas junto ao INSS sejam revertidos em obras sociais.

Patrocínio disse que sua iniciativa se dá em função da falta de empenho das autoridades da área econômica do governo na tramitação da reforma tributária.

O senador fez essa afirmação após o depoimento de Nivaldo Alves, representante do secretário da Fazenda do Maranhão que, de maneira semelhante à dos demais secretários, insistiu sobre a necessidade da aprovação das reformas tributária, fiscal, administrativa e previdenciária, indispensáveis, conforme garantiram, para superar o crescente endividamento dos estados e municípios.



Emília Fernandes



Carlos Patrocínio

Secretário vê comprometimento distinto

O secretário da Fazenda da Paraíba, José Soares Nuto, afirmou que, após a conclusão dos acordos que estão sendo conduzidos entre o governo federal, o Legislativo e os governadores para a rolagem das dívidas estaduais, será necessário um "reposicionamento" das unidades da Federação para reavaliar as contemplações, uma vez que o comprometimento dos estados não é uniforme.

Ele falou durante o painel sobre "Amortização de Juros", do seminário "Endividamento

dos Estados e Municípios", promovido pela comissão temporária que estuda o assunto e que é presidida pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e relatada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Os acordos, conforme Nuto, têm de ser feitos até o dia 30 de junho, e são baseados na MP nº 1.560, que "estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos estados e do Distrito Fe-

deral".

Segundo o secretário, mesmo assinando o contrato de refinanciamento, o estado da Paraíba continuará comprometendo 15,5% de sua receita líquida com o pagamento das dívidas. Ele afirmou que o comprometimento, hoje, é de 20% - "estávamos numa posição de total estrangulamento" -, mas lembrou que o Rio Grande do Sul, por exemplo, só comprometerá 11,5% de sua renda, pois "as condições previstas na Medida Provisória nº 1.560 não são uniformes para todos".

Goiás propõe juntar todas as dívidas

O secretário da Fazenda de Goiás, Romilton Moraes, encaminhou à Comissão Temporária sobre Endividamento dos Estados e Municípios sugestão no sentido de que o critério básico para regular a rolagem das dívidas estaduais seja aquele que englobe todas as dívidas da administração direta e indireta para com as entidades da União, que são pagas com recursos do Tesouro Estadual.

Essas dívidas seriam, entre outras, as contraídas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segundo o secretário, esta e outras reivindicações, como a que pede o parcelamento de dívidas do Paspex junto à Receita Federal, visam a tirar o estado de Goiás do atual quadro de inadimplência perante os órgãos da União.

Romilton Moraes afirmou que, embora o espírito do acordo para a rolagem das dívidas estaduais pretenda permitir aos estados a adimplência junto às entidades federais, isso não tem ocorrido "porque algumas dívidas honradas com recursos do Tesouro estadual, segundo interpretações, não estão sendo enquadradas no atual percentual de comprometimento" da receita líquida - que sobe de 11% para 15%, conforme o protocolo firmado entre as unidades da Federação e o governo federal.

A sugestão do secretário de Goiás foi lida durante o seminário "Endividamento dos Estados e Municípios" pelo presidente da comissão temporária que examina o assunto, senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

DÍVIDA PÚBLICA**Origem e destino do ICMS marcam fim do seminário**

O secretário da Fazenda do Paraná, Miguel Salomão, defendeu quarta-feira, no encerramento do seminário "Endividamento dos Estados e Municípios", presidido pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), "o princípio do destino", que considera correto para os recursos da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para ele, "todo e qualquer imposto pago pelo cidadão deve ser recolhido ao estado em que reside e trabalha para que possa recebê-lo de volta na forma de serviços públicos".

Salomão explicou que o modelo atual praticado no Brasil é o princípio da origem, ou seja, o imposto é pago ao estado de origem do produto. Ele acredita que, como consequência desse modelo, "será muito melhor comprar em Buenos Aires do que em São Paulo, para não pagar o ICMS. O efeito dessa tendência será a redução do comércio interestadual e o isolamento dos estados sem fronteiras com o exterior, em detrimento da produção nacional".

O secretário paranaense afirmou que o "princípio do destino" permite uma melhor distribuição de renda e um maior controle sobre a sonegação fiscal. "A Lei Kandir já avançou alguns passos no sentido certo, ao consagrar a titularidade do imposto sobre a circulação de bens exportáveis para as nações de destino", frisou. Salomão defendeu ainda que o imposto deve ser cobrado no consumo e não na produção.

O secretário de Planejamento do Tocantins, Lívio Carvalho, disse que a reforma tributária deveria simplificar os impostos e que a questão só será resolvida a longo prazo. Carvalho destacou também a impossibilidade de participação ativa dos estados na arrecadação de tribu-

Freire parabeniza CCJ por aprovar o fim do nepotismo

Autor do projeto que proíbe contratação de parentes, o senador diz que ele terá efeito moralizador e exigirá transparência em cargo público

O senador Roberto Freire (PPS-PE) congratulou o Senado pela aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto de sua autoria que proíbe ao detentor de cargo público contratar parente de até terceiro grau para posto de confiança.

"É uma satisfação pessoal ver esse projeto ir para a Câmara, e creio que expresso também a satisfação do Senado", disse. Ele lembrou que, no ano passado, iniciativa nesse sentido chegou a ser aprovada no Senado e enviada à Câmara, onde foi arquivada. Se tivesse sido aprova-



Roberto Freire

da em definitivo, analisou Freire, ter-se-iam evitado os assustadores abusos cometidos por prefeitos eleitos no ano passado.

O senador avaliou que, num regime democrático, es-

sas contratações poderiam ser perfeitamente aceitáveis, "mas o que se verifica no Brasil é a ocorrência de abusos que causam indignação na sociedade".

Roberto Freire explicou que a lei terá efeito moralizador e exigirá transparência dos que exercerem cargo público. Ele está convencido de que, agora, com a divulgação de tantos fatos relacionados com corrupção, o projeto será definitivamente aprovado na Câmara. E entende que a iniciativa terá o efeito didático de ensinar os administradores a não confundirem o bem público com o bem privado.

Senadora pede ajuda para a Comissão de Educação

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) fez um apelo ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e aos presidentes das comissões permanentes, no sentido de encontrarem um denominador comum que viabilize a realização das reuniões da Comissão de Educação (CE).

Emília Fernandes informou que, este ano, foram marcadas sete reuniões da CE, e apenas uma obteve o quórum mínimo de 14 senadores - quando da eleição de seu presidente, Artur da Távola (PSDB-RJ).

Conforme a senadora, esse problema vem ocorrendo nos últimos dois anos. Segundo o relatório de atividades das comissões, apresentado por ela, em 1995 houve 35 reuniões marcadas e apenas 14 realizadas e, em 1996, somente três das 20 reuniões marcadas registraram o número mínimo de participantes.

Emília Fernandes informou que, de acordo com o relató-

rio, alguns membros da Comissão de Educação não compareceram em nenhuma das reuniões do biênio 95/96. Para a senadora, o Congresso deve dar uma satisfação à opinião pública e fazer uma avaliação do trabalho dessa comissão.

A senadora disse que diversos senadores alegam o acúmulo de trabalho e as constantes alterações de horários das demais comissões para o não-comparecimento à Comissão de Educação. Emília Fernandes mencionou que um acordo entre os presidentes das comissões e o senador Artur da Távola estabelece, para o período da tarde das quintas-feiras, as reuniões da CE.

A Comissão de Educação, segundo a senadora, tem a competência de apreciar matérias referentes à educação, desporto e cultura, à ciência e tecnologia, à regulamentação da imprensa e à concessão de rádios e televisões.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Aúdio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Lobão: Senado deve saber o que Brasil dirá na ONU

Ministros serão solicitados a adiantar ao Senado o que levarão à sessão especial da ONU em junho, destinada a avaliar resultados práticos da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro

A próxima sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas será dedicada a uma avaliação global dos acordos internacionais firmados na Eco-92, tema que, segundo observa o senador Edison Lobão (PFL-MA), "por sua relevância, sugere a oportunidade de solicitar aos ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o envio, ao Senado, de informações sobre o processo preparatório à reunião e sobre as posições sustentadas pelo Brasil".

De 23 a 27 de junho, em

Nova York, os chefes de Estado e de governo dos países-membros da ONU analisarão os resultados obtidos pela Declaração do Rio e pela Agenda 21 que, na Eco-92, "estabeleceram os princípios fundamentais que devem instruir a cooperação internacional na promoção do desenvolvimento sustentável", disse.

Entre esses princípios, Lobão salientou o reconhecimento de que a pobreza e a degradação do meio ambiente esta-



Edison Lobão

riam estreitamente relacionadas e que a principal causa da deterioração das condições ambientais do globo seriam os padrões insustentáveis de produção e consumo dos países industrializados.

Além disso, frisa o senador, a sessão especial deverá fixar prioridades de ação para a comunidade internacional nos próximos anos, com decisões de impacto político em áreas como a proteção da biodiversidade, a

proteção das florestas, a questão das mudanças climáticas, o uso sustentável dos recursos hídricos e o controle de produtos químicos. Todos esses temas, na opinião de Lobão, têm profunda importância para o país.

Há pressões, segundo disse, para que países como o Brasil assumam compromissos de reduzir a emissão de gases causadores do efeito-estufa, de assinar convenções internacionais sobre proteção de florestas, espécies ameaçadas de extinção e biodiversidade biológica.

Sebastião Rocha reclama de reportagem sobre Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contestou quarta-feira reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada no domingo, 25 de maio, sobre as áreas de livre comércio do Amapá. A seu ver, a matéria apresenta somente os aspectos negativos da zona franca do Amapá.

- Não é verdade que a favelização do estado é decorrente das áreas de livre comércio. Também não foram elas que desencadearam o tráfico de drogas na região. E a violência só cresceu porque não há uma política de empregos nem de habitação - defendeu.

Na sua opinião, a reportagem é uma "enganação", pois apresenta erros de análise e informações equivocadas, como a afirmação de que as áreas de livre comércio foram criadas em 1990. "A lei que criou a zona franca do Amapá é de 1991", esclareceu.

REELEIÇÃO NA JUSTIÇA

Sebastião Rocha informou que o Bloco Parlamentar de Oposição da Câmara (formado



Sebastião Rocha

pelo PDT, PT, PC do B e PSB) impetrou na mesma quarta-feira mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para viabilizar a instalação imediata de uma CPI na Câmara para investigar as denúncias de compra de votos no processo de votação da emenda da reeleição naquela Casa.

Conforme o senador, o Bloco também protocolou na Justiça Federal uma medida cautelar para sustar o processo de tramitação da emenda da reeleição no Senado, impedindo sua votação em segundo turno, marcada para a próxima quarta-feira.

A decisão do deputado Almino Afonso (PSDB-SP), de deixar a relatoria do processo de cassação dos deputados envolvidos nas denúncias e de pedir uma CPI para o caso, foi elogiada por Sebastião Rocha. "É bom saber que até parlamentares do partido do presidente Fernando Henrique Cardoso começam a apoiar a instalação de uma CPI", comentou.

Para Gilvam Borges, trata-se de uma "campanha orquestrada"

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) denunciou quarta-feira a existência de "uma verdadeira campanha orquestrada contra a Amazônia, especialmente contra as zonas de livre comércio da região". Gilvam considerou como "irresponsável e tendenciosa" reportagem publicada dia 25 de maio pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre as áreas de livre comércio do Amapá, que creditou ao livre comércio implantado em 1992, em Macapá e Santana, o aumento da criminalidade, da miséria, da explosão demográfica da capital e até do tráfico de drogas.

- Toda vez que alguma coisa de ruim acontece envolvendo a Amazônia, surgem logo vozes contra as zonas francas, num claro interesse de empresários do Centro-Sul. Mal saiu a notícia da compra de votos de parlamentares do Acre, apareceram notícias contra as áreas de livre comércio do Amapá - denun-



Gilvam Borges

ciou.

Para Gilvam Borges, o Amapá só tem dois caminhos para se desenvolver: atrair turistas e incentivar o comércio. O turismo é uma área ainda a ser explorada, mas o comércio

vem sendo incentivado pela zona franca. Assim, a seu ver, tentar acabar com as áreas de livre comércio é cortar as chances de desenvolvimento do estado.

- Parece que o governo só se lembra da Amazônia quando é para dizer que ela representa metade do território nacional. No entanto, pouco se faz por uma região tão cobiçada internacionalmente. Sabemos que existem movimentos internacionais a favor da independência de áreas da Amazônia.

Na opinião do senador Gilvam Borges, muitas das críticas que se fazem ao Amapá buscam, "no fundo, atingir o ex-presidente José Sarney", eleito senador pelo estado.

Coutinho Jorge quer viabilizar a municipalização da reforma agrária

Proposta é também defendida por 30 prefeitos do sul do Pará, região onde ocorreram, como lembra o senador, vários conflitos de terra

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu a municipalização da reforma agrária, assinalando que o governo federal deve definir com brevidade as políticas e os recursos para o projeto. A operacionalidade da proposta, porém, tem que ser viabilizada a partir de iniciativas do município, ressaltou.

O senador afirmou que essa também é a posição defendida por 30 prefeitos do sul do Pará, região onde ocorreram, conforme lembrou, vários conflitos agrários. Segundo garantiu, es-



Coutinho Jorge

ses prefeitos estão incentivando a formação de conselhos municipais que, compostos por representantes de todos os segmentos sociais do município, auxiliarão na identificação do número de trabalhadores sem-terra e das áreas passíveis de desapropriação.

LUMINAR

Coutinho informou que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, estará nos próximos dias na região sul do Pará para assinar vários atos de desapropriação de terras e garantir recursos para áreas já desapropri-

adas.

O senador disse, ainda, que o ministro anunciará, na oportunidade, a criação do Projeto Luminar, que permitirá a contratação de especialistas de nível superior e médio para morarem nas áreas assentadas e oferecer assistência técnica aos trabalhadores.

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) indagou sobre a disponibilidade de recursos para garantir a participação das prefeituras no processo de reforma agrária. Coutinho respondeu que o governo federal repassaria aos municípios o valor correspondente a cada obra feita nos assentamentos.



Leomar Quintanilha

Montadoras vão se instalar no Tocantins

O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles, garantiu ao senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que concordará com a implantação de uma montadora de caminhões leves e outra de tratores de rodas no Tocantins. A informação foi transmitida ao plenário pelo senador, que foi recebido na quarta-feira pelo ministro para tratar do assunto.

Será o começo da industrialização do Tocantins - saudou Quintanilha. Os projetos pertencem à Yuegin (chinesa) e à Internacional (norte-americana). A princípio, os caminhões, de até quatro toneladas, terão peças importadas e montadas na cidade de Araguaína. O mesmo acontecerá com os tratores, cuja montagem ocorrerá na cidade de Gurupi.

Conforme Quintanilha, o governo do estado, com apoio de empresários, prefeitos e políticos, não tem medido esforços para levar as duas indústrias para o Tocantins. "Infelizmente, as montadoras que já estão no país dão preferência, para suas novas fábricas, aos estados do Sul-Sudeste." As duas indústrias, disse o senador, vão quebrar "a idéia de que o Tocantins deve basear sua economia apenas na agropecuária".

No começo, os caminhões e tratores serão apenas montados no estado. Aos poucos, as duas indústrias vão utilizar peças produzidas no país, aumentando gradativamente o índice de nacionalização de suas peças - informou o senador.

Suplicy destaca o crescimento do desemprego na Grande São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou os resultados de pesquisa feita pela Fundação Seade/Dieese na região metropolitana de São Paulo, que revelaram aumento dos índices de desemprego na região, nos últimos três meses.

Em abril de 1997, 15,9% da população economicamente ativa (PEA) da região estavam desempregados; os 28 mil novos postos de trabalho foram insuficientes para absorver as 124 mil pessoas que, no mesmo mês, foram incorporadas à PEA, disse. Hoje, frisou o senador, há 1,35 milhão de pessoas desempregadas na Grande São Paulo.

Os dados, na opinião de Suplicy, demonstram que "a crise mais importante do país é de natureza sócio-econômica" e que o governo federal está imobilizado, sem dar qualquer resposta ao desemprego

crecente.

O senador ressaltou que, de março a abril de 97, todos os segmentos populacionais foram atingidos pelo desemprego, sendo que o universo de pessoas com mais de 40 anos registrou um aumento superior, de 12,8%, seguidos pelas mulheres (8,3%) e jovens de 18 a 24 anos de idade (6,7%).

Suplicy salientou que, afora o setor de serviços privados, que apresentou aumento dos postos de trabalho, a indústria e o comércio, assim como a construção civil e os serviços domésticos, registraram redução.

Nos últimos doze meses, acrescentou, 85 mil novos empregos criados deveriam ser ao trabalho sem carteira assinada no setor privado. "O emprego no setor público e o emprego assalariado com carteira assina-



Eduardo Suplicy

da no segmento privado decresceram 11,1% e 2,5%, respectivamente, no mesmo período", disse.

Em aparte, Laurito Campos (PT-DF) afirmou que o bilhão de desempregados no mundo demonstra que os Estados nacionais esgotaram seus mecanismos de absorção de mão-de-obra, tornando-se grandes desempregadores. "Haverá um ponto de explosão, o homem ainda afirmará seu direito de sobreviver", observou. Suplicy solicitou a inscrição de três documentos nos Anais da Casa. Entre os quais, o que trata de reivindicação de 34.250 pequenos investidores, que há 14 anos aguardam ressarcimento de perdas decorrentes da falência do Grupo Coroa S/A.



Valmir Campelo

Valmir apóia escritor de Brasília na ABL

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou quarta-feira a candidatura do escritor brasileiro Adirson Vasconcelos à Academia Brasileira de Letras. Para ele, o fato "é um movimento em prol da consolidação das manifestações culturais do Distrito Federal, que trará uma contribuição original e enriquecedora ao cenário multifacetado da cultura brasileira".

Para Valmir, o pleito é uma aspiração legítima do Distrito Federal porque a Academia, além de abrigar múltiplas manifestações intelectuais e culturais, possui um aspecto de representatividade regional. Na sua opinião, a força expressiva da cultura brasileira merece uma oportunidade de acesso ao cenário nacional.

O senador ressaltou que a candidatura de Adirson Vasconcelos tem o apoio de várias entidades culturais brasileiras e que o escritor possui formação diversificada, com titulação em História, Direito, Jornalismo e Administração.

Benedita pede ação oficial em defesa da mulher brasileira

Constituição de 88 protege, mas entraves na legislação são apontados pela senadora como obstáculo ao direito feminino

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) homenageou na sessão de quarta-feira o "Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher" e o "Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna", defendendo a adoção de políticas públicas com o objetivo de fortalecer os direitos à saúde da mulher.

A senadora lembrou as conquistas inovadoras das mulheres brasileiras na Constituição de 1988, mas reclamou que até o momento elas não puderam usufruí-las devido aos entraves na legislação brasileira. Segundo Benedita, "as doenças e a mortalidade materna são uma tragédia contemporânea que não tem recebido a devida atenção".

A senadora informou que o Brasil foi pioneiro no lançamento do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mu-



Benedita da Silva

lher (Paism), mas o plano, hoje, serve apenas para cuidar da saúde reprodutiva, abandonando a saúde mental, a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e os aspectos decorrentes das relações de trabalho. Ela acredita que a falta de decisão política e a parca alocação de recursos constituem as principais causas do fracasso do Paism.

Para a senadora, são necessários serviços de planejamento familiar de boa qualidade ao alcance de toda a população feminina para a diminuição da

mortalidade materna. A seu ver, as mulheres brasileiras não têm acesso a informações que lhes permitam planejar a família por meio do uso de contraceptivos de sua escolha ou de melhor adaptação à sua saúde.

Benedita da Silva se referiu ao veto presidencial, em janeiro de 1996, a projeto de lei que regulamentava artigo da Constituição sobre o planejamento familiar. Para ela, essa foi a primeira tentativa séria de solucionar o problema, mas até o momento "continuamos sem maiores opções".

Em aparte, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) concordou que a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher não se efetivou. A seu ver, faltam recursos e compromissos do governo.

Centenas consultam Balcão da Saúde

Mais de 200 pessoas compareceram quarta-feira ao II Balcão da Saúde, uma promoção da Subsecretaria de Assistência Médica e Social do Senado (SSAMS). No Balcão, os visitantes receberam orientações quan-

to à prevenção das principais doenças localizadas na boca e de como proceder com a formação das dentições de leite e permanente das crianças.

Segundo a doutora Célia Perissé, da SSAMS, a maioria das pessoas não tem no-

ções de higiene bucal e deveria consultar o dentista anualmente. De acordo com ela, os fumantes, os diabéticos, os hipertensos e aqueles que fazem uso de medicação estão mais sujeitos às doenças da boca.

UMA SESSÃO DE QUARTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, LAURO CAMPOS E EDISON LOBÃO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereços: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.